

POLÍTICA DE COMBATE À POBREZA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ESPECIAL DE RENDA MÍNIMA EM MATO GROSSO/PB

Aildo da Silva Pimenta¹; Joyce Kelly da Silva Matias²; Alcides Leão Santos Júnior³

¹ Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PLANDITES/UERN, Campus Pau dos Ferros – e-mail: aildo_ss@hotmail.com

²Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte -IFRN, Campus Pau dos Ferros – e-mail: joyce.k.matias@hotmail.com

³Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PLANDITES/UERN, Campus Pau dos Ferros – e-mail: santosjunioralcides@gmail.com

Introdução

O semiárido brasileiro passa a contar, pela Proposição da Sudene nº 105/2017, com uma população superior a 25 milhões de habitantes, distribuídos em 1189 cidades. A inclusão das 54 novas cidades (36 no Piauí, 15 no Ceará e três na Bahia) se deu pela precipitação pluviométrica inferior a 800 mm, pelo Índice de Aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,50 e pelo percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%. Das 54 novas cidades que passaram a formar o semiárido, 31 delas estão entre as que apresentam o pior Índice de Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2017).

A forma predominante de exploração do semiárido, criadora e reprodutora de dominação econômica e do poder político insere a região como o espaço da pobreza nacional e como aquele que “em decorrência da seca” possui as condições mais favoráveis à sua própria reprodução (CASTRO, 2000; MALVEZZI, 2007). Mais da metade (59,1%) dos brasileiros em situação de extrema pobreza está no Nordeste. Desse percentual, 4 em cada 10 pessoas extremamente pobres têm entre 0 e 14 anos. A renda per capita da região equivale à metade do rendimento médio nacional, enquanto que no Semiárido o rendimento médio dos habitantes equivale a um quarto da renda per capita brasileira (SILVA, 2003).

Conforme Silva (2003) o imaginário construído sobre o semiárido permaneceu atrelado ao conceito de um território condenado ao sofrimento e à pobreza por uma natureza difícil de domesticar. Os autores apontam que nesses termos se alimenta o discurso determinista que evoca o semiárido como meio hostil, espaço-problema, terra das secas, região da pobreza e da miséria, explicação ao atraso econômico e às disparidades em relação às demais regiões.

As alternativas públicas de atuação junto aos desequilíbrios socioeconômicos advindos desse sistema de dominação foi historicamente um atributo associado ao socorro público dos “flagelados das secas”, mascarando o conceito de pobreza (SEN, 2000; ROCHA, 2003) e destituindo-o das esferas social, econômica, política e histórica.

Foi em torno dessa problemática que o, recém emancipado¹, município de Mato Grosso/PB, localizado na Microrregião de Catolé do Rocha, na Paraíba, implementa, no ano 2000, o Programa Especial de Renda Mínima (PERM), sob a gestão do prefeito Ivalceney Oliveira de Freitas (1997 – 2000).

O PGRM surge como experiência piloto num município de pequeno porte do semiárido brasileiro objetivando atenuar a situação de pobreza que atingia 57,48% de sua população. O valor do benefício era de R\$ 50,00 mensais destinados às famílias com renda de até um salário mínimo que possuíssem crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos frequentando a escola e/ou com cartão de vacinação atualizado². Para Draibe (1997), a origem dessa modalidade de política pública no Brasil deve ser remontada a inclusão da renda mínima no cenário político, pelo senador Eduardo Suplicy, no início da década de 1990 e às experiências locais, como as encontradas no Distrito Federal e em Campinas/SP, em 1995. A semelhança do Programa Especial de Renda Mínima de Mato Grosso/PB com outros Programas existentes no Brasil e na América Latina residia no enfrentamento dos condicionantes da pobreza por meio da concessão de benefício mensal às famílias beneficiárias que mantiverem seus filhos na escola, contribuindo para que crianças e adolescentes não tenham sua dignidade e segurança comprometida pela necessidade de contribuir com o rendimento familiar através do trabalho precoce. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o Programa Especial de Renda Mínima de Mato Grosso/PB enquanto política pública de enfrentamento à pobreza e de inclusão social, no período de 2000 a 2010. Salienta-se que a escolha do intervalo de tempo justifica-se por estar intercalado entre os últimos dois censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilitando fazer uma análise mais realista dos primeiros 10 anos do PERM.

¹ A emancipação política de Mato Grosso/PB ocorreu em 29 de abril de 1994, pela Lei Estadual nº 5891, mas a constituição da sede municipal e o início do primeiro governo ocorreu em janeiro de 1997.

² As obrigações básicas das famílias beneficiárias consistiam em manter atualizado o cartão de vacinação das crianças entre 0 e 6 anos e comprovar a matrícula e a frequência à escola das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos de idade.

Metodologia

A trabalho em pauta apresenta resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES/UERN). A escolha pelo estudo de natureza documental se deu pela inexistência de produção bibliográfica acerca do Programa Especial de Renda Mínima de Mato Grosso/PB, sendo necessário recorrer a fontes de dados secundários em documentos oficiais a partir de um olhar crítico e cuidadoso das informações.

Para isso, o trabalho precisou ser realizado em dois momentos distintos: o primeiro de coleta de documentos e outro de análise do conteúdo. A análise de conteúdo é para Franco (2003) uma técnica elaborada e de grande prestígio no campo da observação documental, pois descreve e interpreta o conteúdo das mensagens e busca trazer respostas à problemática que motivou a pesquisa.

A coleta de documentos aconteceu em novembro de 2014 junto à Prefeitura municipal de Mato Grosso/PB que concedeu acesso à Lei Municipal de criação do Programa Especial de Renda Mínima e aos dados relativos às famílias beneficiárias no período de 2000 a 2010. Os documentos e informações sobre o PERN estão sendo analisados de forma comparativa com os indicadores oficiais disponíveis no Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) e confrontados com bibliografias atuais que discutem os efeitos das políticas públicas de transferência de renda na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Resultados e discussão

O Programa Especial de Renda Mínima de Mato Grosso/PB trouxe ao debate um dos mais sérios problemas sociais enfrentados pelo semiárido brasileiro: o enfrentamento da pobreza. Porém, um enfrentamento não mais inscrito no socorro “às vítimas da seca” como historicamente se legitimavam e se justificavam algumas políticas públicas na região.

Implementado com recursos próprios, o Programa Especial de Renda Mínima de Mato Grosso/PB avançou de 84 para 406 famílias atendidas, respectivamente nos anos 2000 e 2010, representando um crescimento de aproximadamente 480%. O seu processo de expansão coincidiu com a implementação dessa modalidade de política pública pelo governo federal, com a implementação do Programa Bolsa Família, Vale Gás e Bolsa Alimentação em 2001 e com a consequente unificação desses e outros programas no Bolsa Família, em 2003 (STEIN, 2008).

Mesmo com o governo federal na concessão dessa modalidade de política pública, o número de famílias beneficiadas pelo PERM de Mato Grosso/PB foi ampliado continuamente, a exceção de 2005 e 2009 quando apresentou queda de 2,7% e 2,3%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Em 2010, 56,47% das famílias do município de Mato Grosso/PB estava recebendo o PERM. Nesse mesmo ano, o percentual de pobres foi reduzido para 35,09% ante os 57,48% do ano 2000 e a renda per capita média cresceu 54,98%, passando de R\$ 149,13, em 2000, para R\$ 271,56, em 2010 (IBGE, 2010).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município de Mato Grosso/PB passou de 48,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 25,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010; o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo passou de 8,07% para 22,04% nesse período. Já o Índice de Desenvolvimento Humano (DHM) passou de 0,364 em 2000 para 0,565 em 2010, representando uma taxa de crescimento de 55,22% (IBGE, 2010).

A evolução dos indicadores relacionados às condicionalidades do PERM de Mato Grosso/PB – saúde, educação e renda – é apontada por Silva (2016, p. 197), em estudo sobre a pobreza e os programas de transferência de renda na América Latina, como responsável pela elevação dos capitais humano e social. A autora aponta ainda que esses indicadores contribuem para novas formas de organização societária e para romper com o círculo vicioso da pobreza ao assegurar às crianças a possibilidade de terem acesso a direitos sociais básicos, muitas das vezes, negados a seus genitores. Desse modo, o estabelecimento de condicionalidades no campo da saúde e da educação representam, na percepção de Silva (2016), oportunidades de superação da pobreza ao atuar sobre as suas determinações estruturais geradoras e mantenedoras. Sem a consideração desses determinantes os indivíduos beneficiários do PERM seriam transformados em meros consumidores marginais, fazendo com que o benefício mensal se tornasse apenas um auxílio destituído de um projeto social emancipatório.

(In)Conclusões

Infere-se que o Programa Especial de Renda Mínima de Mato Grosso/PB apresenta condições de se tornar um elemento central de iniciativa do poder público municipal no enfrentamento da pobreza e na melhoria dos indicadores sociais de sua população.

No plano legal/normativo o PERM de Mato Grosso/PB faz enfrentamento ao padrão de políticas públicas historicamente constituídas nos pequenos municípios do semiárido brasileiro,

grandemente atingidos por ações residuais e emergenciais que concebiam a pobreza como decorrente do fenômeno natural da seca. A concepção multidimensional de pobreza apontada pelo PERM, além de garantir uma renda mínima familiar, gera oportunidades às crianças e adolescentes ao imprimir aos pais a responsabilidade pelo cumprimento do cartão de vacinação e pela frequência de seus filhos em estabelecimentos oficiais de educação no município.

Referências

BRASIL. Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Sudene: Proposição nº 105/2017**, Recife, 2017. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Proposio-n-105-2017--Minuta-de-Proposio-Delimitao-do-semirido-em-andamento-1.pdf>>. Acesso em: 09/2017.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 103-133.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano editora, 2003

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO GROSSO. (Lei 038/2000). **Programa Especial de Renda Mínima** (Cópia).

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. IPEA, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2365>>. Acesso em: 05/2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102>>. Acesso em 06/2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. A pobreza enquanto categoria teórica de fundamentação e foco de intervenção dos programas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, p. 193-200, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/5968/3590>>. Acesso em: 07/2017.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, p. 196-219, 2008.